



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
 Comarca de Manaus
 1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

OFÍCIO

Ofício n° 774/2023 - JEFPEM

Processo n° 0736999-22.2020.8.04.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC

Exequente: Anne Larissa da Gama Feitosa

Advogado(a): Waldery Junio Marques de Mesquita, OAB/AM 10.714

Requerido: Estado do Amazonas

Manaus, 04 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente,

O(a) Dr(a) Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, Juiz(íza) de Direito do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal, REQUISITA ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas as providências necessárias para o pagamento da importância de R\$ 84.735,22 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), na forma a seguir discriminada:

Credor	CPF
Anne Larissa da Gama Feitosa	51530171253

Crédito:

Valor Corrigido	Percentual dos juros aplicado	Valor dos juros	Valor bruto
R\$ 77.976,22	0,39%	R\$ 6.759,00	R\$ 84.735,22

Deduções:

Contribuição previdenciária	Órgão previdenciário	CNPJ do órgão previdenciário
() Sim (x) Não	-	-

Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, Fórum Ministro Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5184, Manaus-AM - E-mail: JFPEM@tjam.jus.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
 Comarca de Manaus
 1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Imposto de Renda	Deduções da base de cálculo	Número de meses RRA
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	-

Obs.: No caso de penhora, honorário contratual ou cessão parcial de crédito os valores correspondentes devem ser especificados, nos moldes do quadro acima e somados ao do beneficiário originário no mesmo ofício precatório.

•Ente público devedor: Estado do Amazonas

•CNPJ do ente devedor: 04.312.369/0001-90

•Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

<input checked="" type="checkbox"/> Administrativo	<input type="checkbox"/> Civil
<input type="checkbox"/> Constitucional	<input type="checkbox"/> Trabalhista
<input type="checkbox"/> Tributário	<input type="checkbox"/> Acidente de Trabalho

•Natureza do crédito:

ALIMENTAR	COMUM
<input checked="" type="checkbox"/> Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões.	<input type="checkbox"/> Não-Alimentar
<input type="checkbox"/> Benefícios Previdenciários e Indenizações por morte ou por invalidez	<input type="checkbox"/> Desapropriações – Único Imóvel Residencial do Credor (Art. 78, § 3º, ADCT)
Data de Nascimento 16/02/1980	<input type="checkbox"/> Desapropriações - Demais
<input checked="" type="checkbox"/> Ativo <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista	
Doença Grave <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
Pessoa com deficiência <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, Fórum Ministro Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5184, Manaus-AM - E-mail: JFPEM@tjam.jus.br



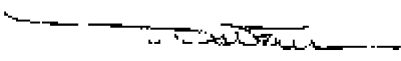
ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Manaus
1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Pagamento da parcela superpreferencial () sim (x) não	
---	--

- Data-base utilizada na definição do valor do crédito: 30/11/2022
- Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: 21/06/2022
- Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento da sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação: 04/04/2023
- Data do reconhecimento da parcela incontroversa, se for o caso: não se aplica

A presente requisição é extraída dos autos de Sequestro de Verbas Públicas, Processo n.º 0736999-22.2020.8.04.0001, movida(o) por Anne Larissa da Gama Feitosa em desfavor de Estado do Amazonas, originada da Ação ajuizada em 19/10/2020 perante este Juízo.

Manaus/AM, em 04 de abril de 2023, eu, Celso Rabelo Costa Filho, lavrei e subscrevo o presente, conforme o constante nos autos, pelo que dou fé.


 Antonio Itamar de Sousa Gonzaga
 Juiz de Direito